

Relatório de Transparência Fiscal do Maranhão

4º bimestre de 2020



Governo do Estado do Maranhão
Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS



Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento – SEPLAN-MA

Relatório Bimestral de Transparências Fiscal do Maranhão: Ano 2020. v. 3 nº.1. – São Luís – Maranhão: SEPLAN-MA. 2020

ISSN 2675-7680

20 P

DOI ISSUE/Vol. [10.47592/RTFMA3B20201](https://doi.org/10.47592/RTFMA3B20201)

DOI. Texto. [10.47592/4bi202011](https://doi.org/10.47592/4bi202011)

ANUAL

1. Economia do Setor Público. 2. Finanças Públicas. 3. Planejamento e Orçamento.
4. Maranhão.
- I. SEPLAN-MA,2019. II. Título

CDU: 336.1:352 (812.1)

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

Flávio Dino

Governador do Estado do Maranhão

Carlos Brandão

Vice-Governador do Estado do Maranhão

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – SEPLAN

Cynthia Mota Lima

Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

Caroline Sousa de Jesus

Subsecretária de Planejamento e Orçamento do Estado do Maranhão

SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE – SATEC

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Secretário Adjunto do Tesouro e Contabilidade

SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS FISCAIS – SAFI

João Carlos Souza Marques

Superintendente de Assuntos Fiscais

COORDENAÇÃO:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

João Carlos Souza Marques

ANALISTAS ECONÔMICOS:

Eduardo Henrique Santos Pereira

Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima

João Carlos Souza Marques

Marcello Apolônio Duailibe Barros

Marcelo de Sousa Santos

TÉCNICOS E ASSISTENTES:

Matheus Pedrosa Carneiro da Silva

Nara dos Santos Weba

APOIO TÉCNICO:

Jacksson dos Santos Pereira

Kelisson de Souza Nogueira

REVISÃO:

Kelisson de Souza Nogueira

REVISÃO TÉCNICA:

Marcello Apolônio Duailibe Barros

EDITORAÇÃO, DESIGN e DIAGRAMAÇÃO:

João Carlos Souza Marques

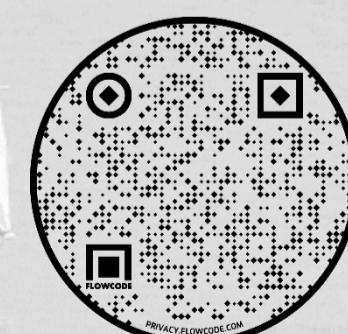
CONTRIBUIÇÕES E AGRADECIMENTOS

Fotografia Capa

José Costa Miranda Júnior ([@fozzie_slz/](https://www.instagram.com/@fozzie_slz/))

APOIO INSTITUCIONAL

Conselho Regional de Economia da 15ª Região – CORECON-MA





GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

O RELATÓRIO BIMESTRAL DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DO MARANHÃO

Este Relatório de Transparência Fiscal (RTF) é um dos produtos da Secretaria Adjunta do Tesouro e Contabilidade (SATEC) desta Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), elaborado pela Superintendência de Assuntos Fiscais (SAFi) com a colaboração da Superintendência do Tesouro, da Contadoria e da Dívida, objetivando atender as exigências legais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e ampliar a transparência das finanças públicas no que tange aos principais indicadores fiscais do Estado do Maranhão.

O RTF é subdividido em dois cenários: Macroeconômico e Finanças Públicas. O Cenário Macroeconômico traduz alguns dos principais indicadores que impactam a economia maranhense através de análise do Cenário Internacional e Nacional, com o propósito de trazer ao leitor não somente a visão dos analistas da SAFi, como, também, aproximá-lo da realidade dos impactos exógenos nas contas públicas nacionais e na atividade econômica maranhense.

O Cenário das Finanças Públicas é o grande objetivo do RTF. Ou seja, proporcionar maior transparência para as contas públicas do Maranhão explanando as nuances econômicas apresentadas no Cenário Macroeconômico, os impactos legislativos e de políticas públicas internas e externas que afetam os resultados e expectativas orçamentárias e financeiras. O Cenário das Finanças Públicas resume brevemente o setor público Nacional e dá enfoque nos resultados do Estado. Do lado das Receitas estaduais, o RTF apresenta comparações entre o bimestre de referência e o acumulado até o período do ano corrente com o ano anterior e com a Lei Orçamentária Anual, verificando as frustrações ou excessos. Pelo lado das Despesas, realiza-se a comparação entre os valores empenhados do ano corrente com o ano anterior, demonstrando os gastos por poderes e as principais despesas do Estado.

Nesse sentido, além dos aspectos gerenciais mencionados, o RTF proporciona análise visando o atendimento de dispositivos legais, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (art. 9º) e da Instrução Normativa referente à prestação anual de contas do Tribunal de Contas – TCE (IN nº 26).

Boa leitura!



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Sumário

1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR	6
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO	7
a. Cenário Internacional	7
b. Cenário Nacional	10
c. Cenário Estadual	12
3. Cenário das Finanças Públicas	13
I) Resultado Primário do Governo Central	13
II) Finanças Públicas Maranhenses	14
a. Receitas	14
i. Receitas de Transferências	15
ii. Receitas Tributárias	15
iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020	17
b. Despesas	18
TÓPICOS EXTRAS	19



1. SUMÁRIO EXECUTIVO/CARTA AO LEITOR

O Relatório de Transparência Fiscal (RTF) do 4º bimestre de 2020 demonstra, como elemento principal, as frustrações de receitas decorrentes da queda da atividade econômica agravada pela pandemia do novo coronavírus. Em especial, no Maranhão, o quarto bimestre apresentou novamente resultado negativo, não obstante a redução da frustração comparada com o bimestre imediatamente anterior. O mês de maio foi aquele com a pior performance, visto que aquele período representou o auge do isolamento social no Estado.

A análise do cenário macroeconômico demonstra que, à exceção da China, as Economias Avançadas, a Zona do Euro, os Estados Unidos, o Japão, os Mercados Emergentes e o Brasil sofrerão reduções significativas dos seus Produtos Internos Brutos (PIB). As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam queda de 4,9% para a economia mundial, enquanto no Brasil estima-se retração de -9,1%. No 2º trimestre de 2020 a redução do PIB brasileiro foi de 2,2%. Para o Maranhão, as projeções do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) indicam retração de 8,0% para o PIB em 2020. É esta quadra adversa que se coloca como pano de fundo dos resultados atinentes às finanças públicas que estão apresentados neste RTF do 4º bimestre.

No que concerne aos números do Governo Central, a queda da receita no 4º bimestre de 2020 foi de 8,23%, representando redução, em termos absolutos, de R\$ 20.850,0 milhões. Como consequência, o resultado primário consolidado da União, de janeiro a agosto de 2020 comparado com o mesmo período de 2019, apresentou frustração acumulada de R\$ 559.320,0 milhões. Como implicação deste cenário, os entes subnacionais foram diretamente afetados com a escassez de receitas, sobretudo aqueles que ainda são dependentes de repasses do Governo Federal, a exemplo do Maranhão.

No plano estadual, considerando os dois meses que compõem este bimestre, comparativamente ao mesmo bimestre de 2019, as receitas totais apresentaram aumento de 9%. Vale ressaltar que a partir de junho houve repasse da parcela do auxílio previsto na Lei Complementar Federal nº 173. Cumpre frisar que o desempenho positivo no agregado se deu, exclusivamente, em virtude destas receitas não recorrentes. O RTF, ao demonstrar os números das principais rubricas de receitas na seção sobre as finanças, deixa claro o forte impacto da pandemia na arrecadação tributária e nas transferências do Governo Federal (receitas perenes).

Em relação às receitas administradas pelo Estado, especialmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Bens e Serviços (ICMS) que possui maior participação nos impostos, houve leve melhora, no 4º bimestre, de 7,1%. No tocante às receitas oriundas do Governo federal, vale destacar a retração de 7,3% do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Importante frisar que essas duas fontes de recursos têm participação relevante no financiamento das políticas públicas estaduais.

No item [a.iii.](#) da seção sobre as finanças públicas do Maranhão é apresentado um comparativo entre as receitas previstas e as receitas realizadas por bimestre. O resultado do 4º bimestre evidencia o volume de R\$ 181,8 milhões de frustração, indicando a necessidade de, por um lado, ajustes nas despesas e, por outro, de continuidade de recebimento de recursos via auxílio federal. Sobre este aspecto, vale ressaltar que, na comparação entre o 4º bimestre de 2020 e o de 2019, houve incremento de 6,7% das despesas, sobretudo nos gastos com custeio (+60%). Este percentual foi suavizado devido à redução do serviço da dívida (LC nº173).

Por fim, o RTF deste bimestre apresenta um panorama da performance do indicador da Capacidade de Pagamento – CAPAG dos Estados, além de demonstrar a metodologia e contextualizar a CAPAG no âmbito das discussões atinentes às finanças públicas.

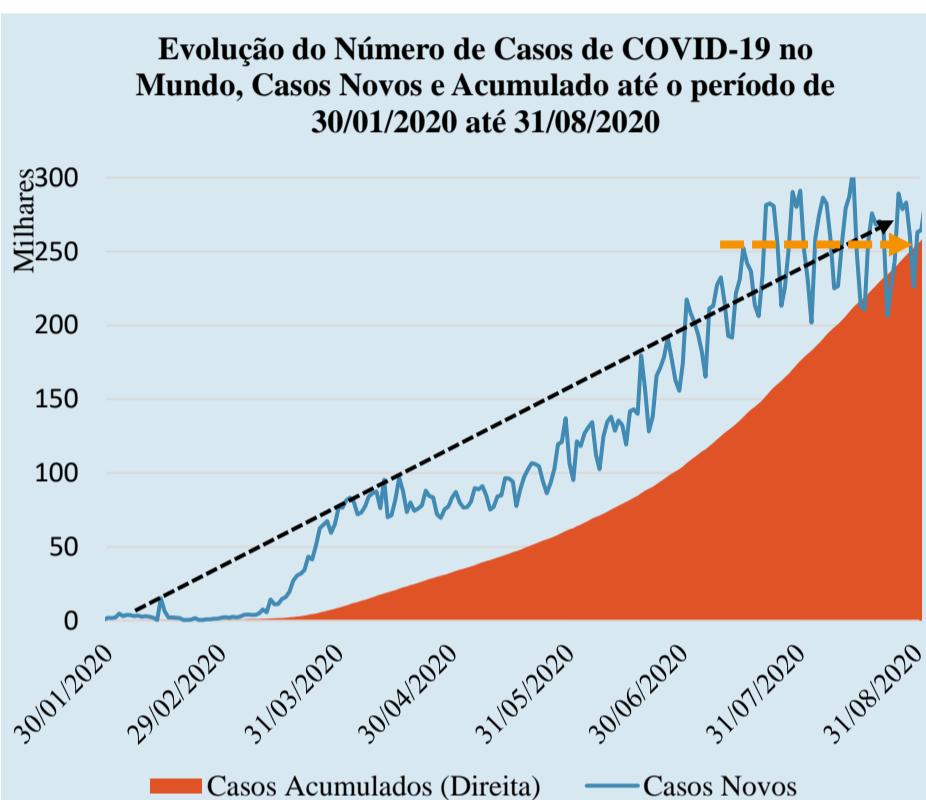


2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

a. Cenário Internacional

A número de novos casos diários de infectados pelo novo coronavírus no mundo continuou crescente até o final de julho de 2020 quando a inclinação da curva começou a achatar e o quantitativo do número de casos estabilizou, fenômeno que foi observado durante todo o mês de setembro e encerrou com 25,5 milhões de infectados

acumulados. O achatamento da curva fez com que a maioria dos países e suas subdivisões nacionais afrouxassem as redeas do combate à pandemia, encerrando definitivamente os *lockdowns*, quarentenas e diminuindo as regras de distanciamento social, de funcionamento comercial e de eventos festivos.



Fonte: John Hopkins.

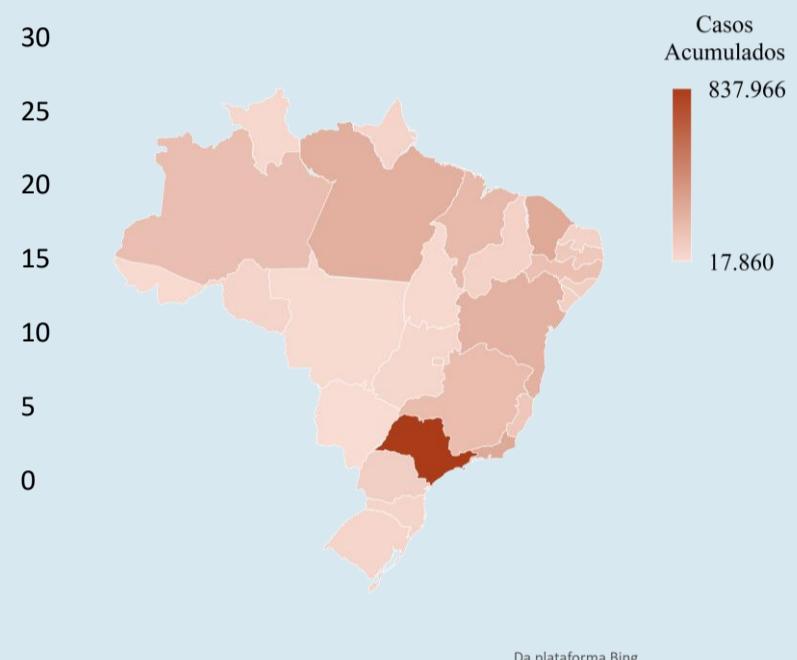
Na esfera social, o impacto da pandemia vem sendo arrefecido por medidas anticíclicas, auxílios emergenciais dos Governos Federais, o que não consegue o aumento do desemprego no Brasil¹ e no resto do mundo. O número de pobres e extremamente pobres cresce, mesmo diante da luta para conter as mazelas consequentes da pandemia através dos auxílios realizados no ano corrente.

Contudo, a problemática consiste em quanto rápido será a recuperação dos empregos diante do esgotamento dos recursos públicos e do risco inflacionário na manutenção de ações para assegurar a sobrevivência da população vulnerável.

Além do impacto das paralizações das atividades no curto prazo, há os efeitos de longo prazo e as preocupações estão centradas nos perigos para 2021 e nas agendas Internacionais, a exemplo dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS em 2030.

Fonte: Ministério da Saúde.

Distribuição do Número de Casos Acumulados de COVID-19 no Brasil por UF até 31/08/2020



Diante desse cenário, a atividade econômica voltou a se recuperar e o consumo começou a ganhar força novamente, gerando pressões de demanda nos baixos estoques devido as restrições de funcionamento das empresas – o que impactou, sobretudo, os preços das *commodities* alimentícias no mundo, cuja demanda inelástica à pandemia, continuou pressionando a oferta decrescente.

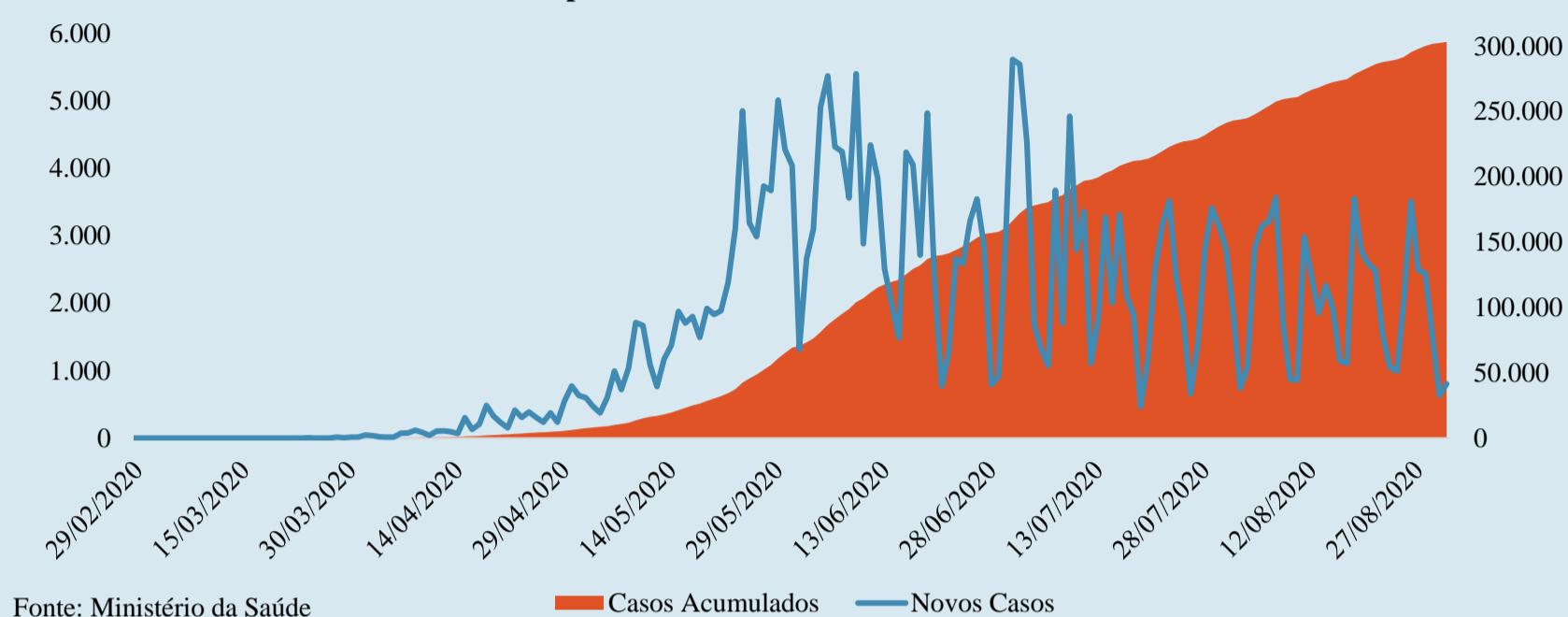
A recuperação, ainda que devagar da atividade econômica, rapidamente influenciou a retomada do consumo energético impactando os preços das *commodities* energéticas, principalmente do petróleo, que ascendeu rapidamente após os encerramentos de quarentenas.

Destaca-se, porém, que os preços não retomaram os valores pré-pandemia, mas também deverão exercer fortes pressões inflacionárias nas *commodities* alimentícias, agrícolas, nos fertilizantes, e, algumas metálicas, como o alumínio, cujo principal custo é o da energia elétrica. Não obstante, a recuperação da economia brasileira poderá diluir parte do efeito negativo caso investidores internacionais voltem para o Brasil, valorizando o real.

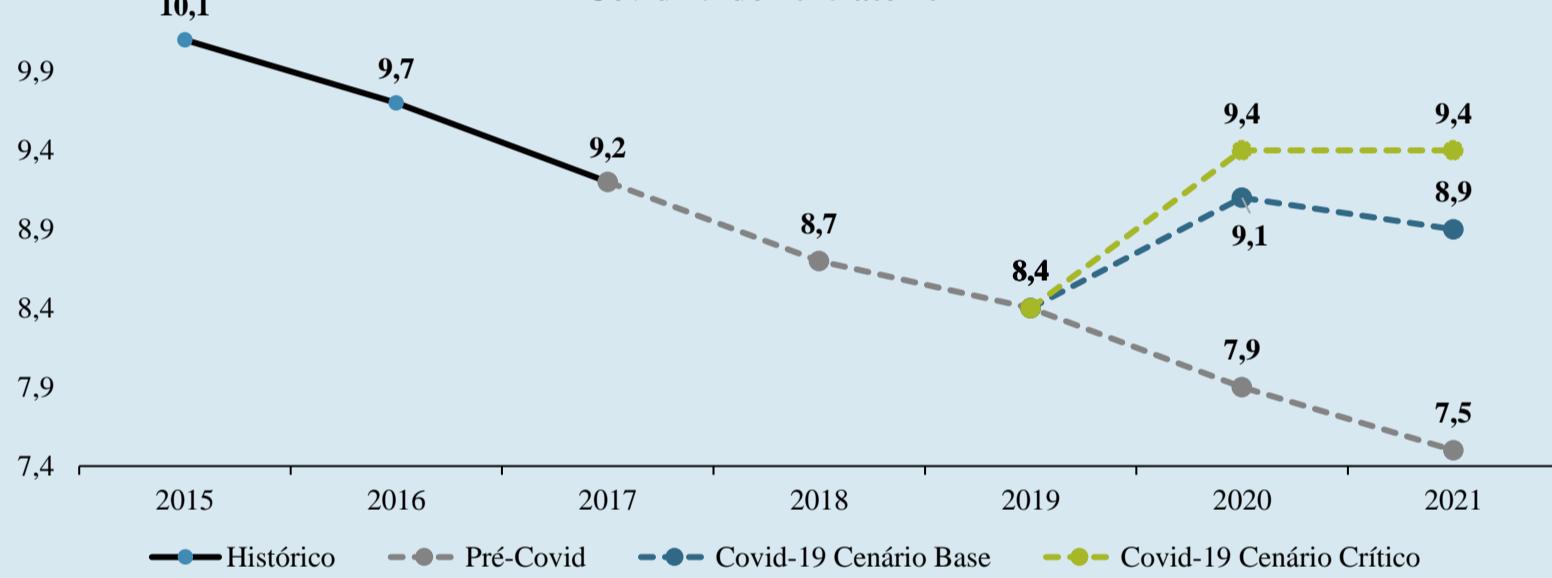
¹ No Brasil pode-se destacar as [LC 173](#) e a [Medida Provisória 938](#)



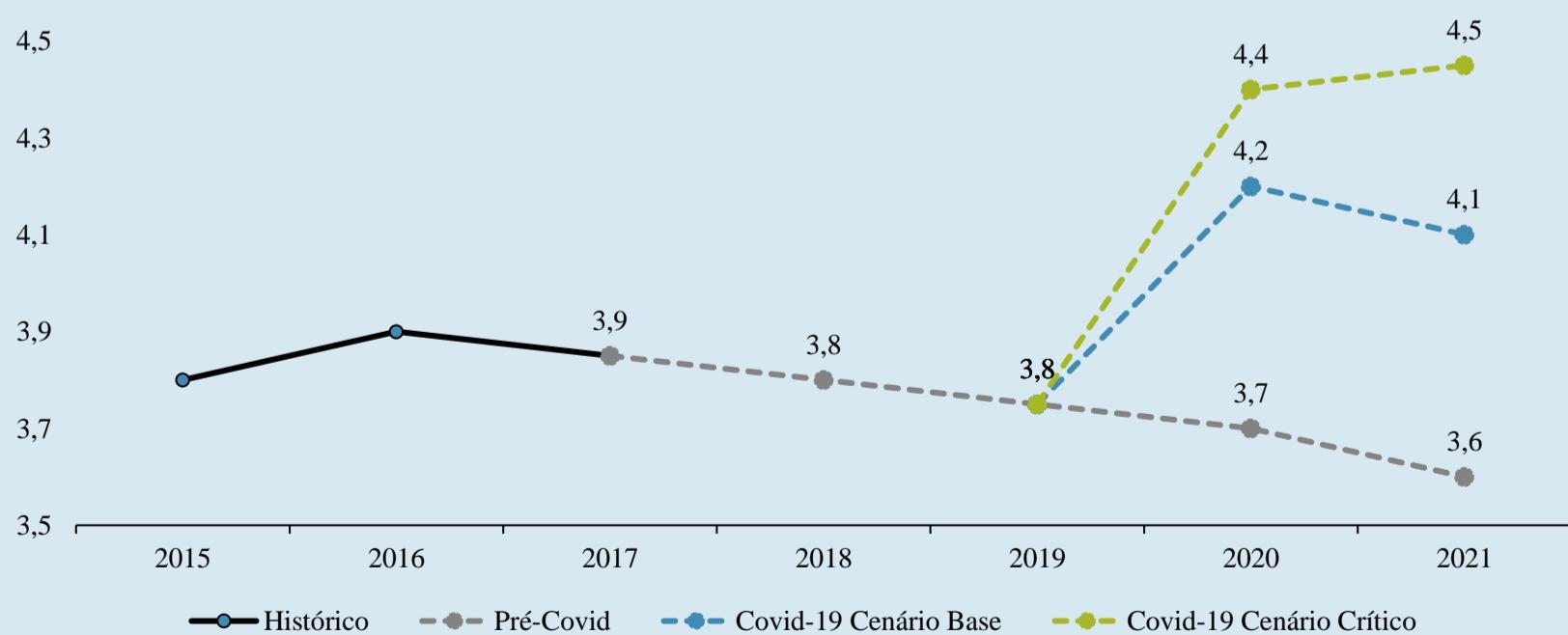
Evolução do Número de Casos de COVID-19 no Maranhão, Casos Novos e Acumulado até o período de 30/01/2020 até 31/08/2020



Evolução da taxa de Extremamente Pobres no Mundo em relação aos Cenários da Covid-19 de 2015 até 2021



Evolução da taxa de Extremamente Pobres na América Latina em relação aos Cenários da Covid-19 de 2015 até 2021



Fonte: [Lakner et al. \(2020\) \(updated\)](#), [PovcalNet](#), [Global Economic Prospects](#). Tradução: SEPLAN-MA
Note: A pobreza extrema é medida como número de pessoas vivendo com menos de US\$ 1,9 por dia. 2017 foi o último ano de estimativa oficial para a pobreza extrema. As regiões são categorizadas utilizando-se as definições PovcalNet.



PAINEL 1. INDICADORES DE PREÇOS E COTAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMMODITIES PARA O BRASIL E MARANHÃO

Preço médio da Cotação do Minério de Ferro/dmtu de ago/2010 até ago/2020



Preço médio da Cotação do Alumínio/t de ago/2010 até ago/2020



Preço médio da Cotação do Petróleo Brent (média)/bbl de ago/2010 até ago/2020



Preço Médio da Cotação da Soja em Grãos/t de ago/2010 até ago/2020



Índice de Laspeyeres das commodities Energéticas de Ago/2010 até ago/2020



Índice de Laspeyeres das commodities Não Energéticas de Ago/2010 até Ago/2020

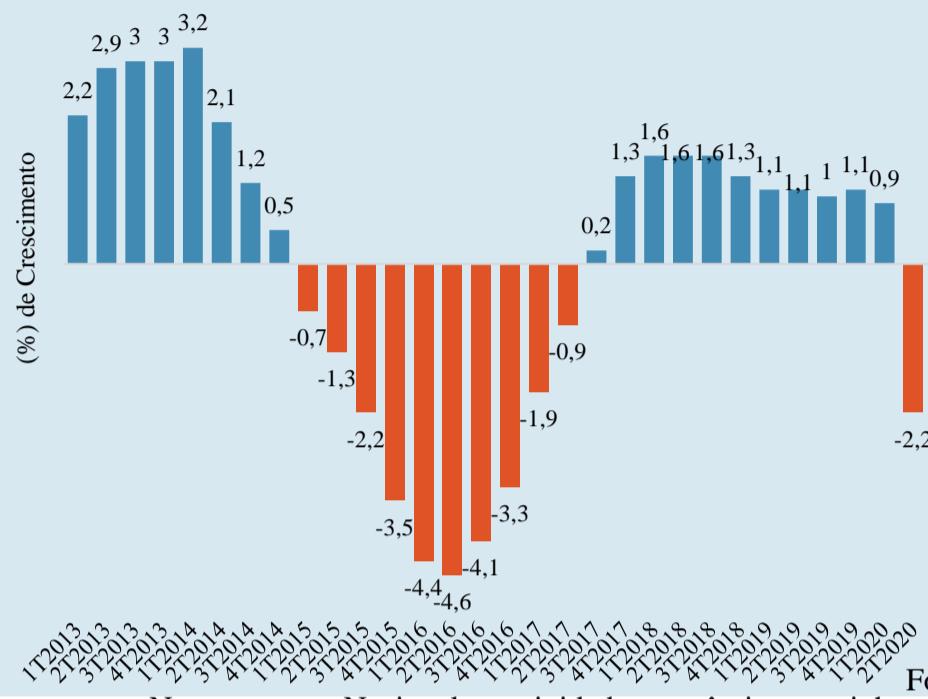


Fonte: World Bank – Set/2020



b. Cenário Nacional

PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres de 1T2013 até 2T2020

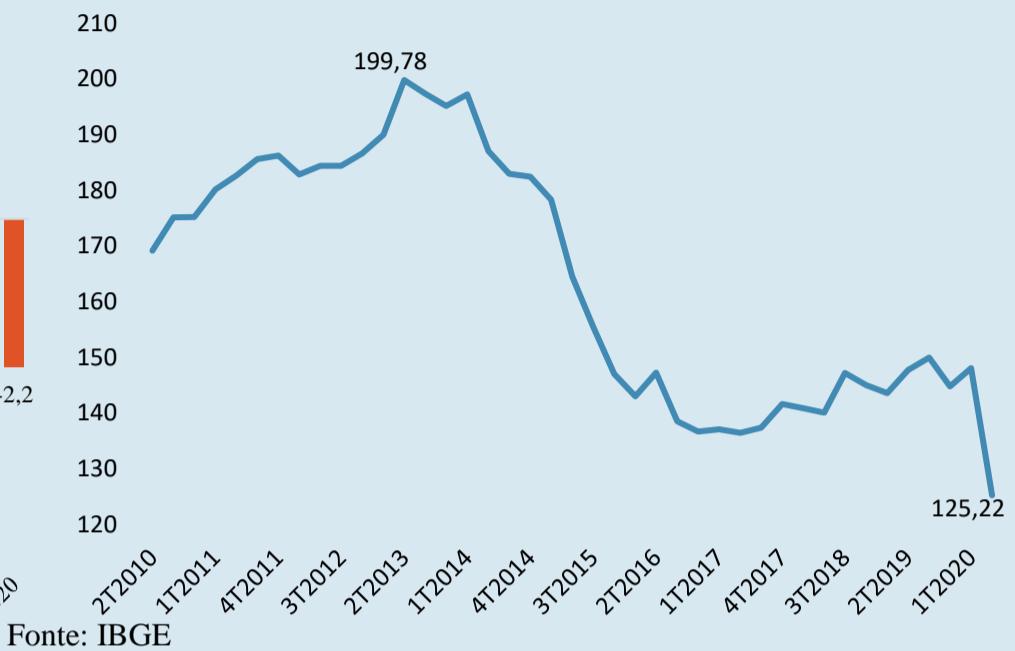


No panorama Nacional, a atividade econômica caminha conforme o restante do mundo e o grande impacto da pandemia pode ser visto nos resultados do segundo trimestre de 2020. As expectativas de mercado do Relatório Focus do Banco Central² são de queda de 6,25% enquanto entidades internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional – FMI, estimam variações de -8% e -9%.

O aumento das incertezas, a baixa na taxa de juros, a volatilidade cambial e a ampliação do déficit público ameaçam a manutenção e a atração de investimentos internos e externos no país. Apesar da inflação, até então, controlada pelo baixo crescimento econômico, as oscilações nos preços dos alimentos e a possível retomada dos preços do petróleo já demonstram um possível choque inflacionário para o 5º Bimestre.

Apesar de uma possível evolução inflacionária, os meses de deflação durante o apogeu pandêmico manterão a inflação em níveis próximos à meta do Bacen. Porém, tendo em vista que a inflação está sendo puxada para cima quase exclusivamente pelos preços alimentícios, isso gera uma pressão social com deterioração da parcela populacional com menor faixa de renda. Outrossim, o governo não dispõe de armas suficientes para enfrentar eventuais pressões de oferta, do *pass through*³ cambial e da alta de preços internacionais.

Índice de volume trimestral com ajuste sazonal da Formação Bruta de Capital Fixo de 2T2010 até 2T 2020.
1995=100.



Fonte: IBGE

As medidas adotadas para atenuar a crise do novo coronavírus no país foram paliativas, dando assistência aos Estados e Municípios em casos de perdas de transferências constitucionais e de arrecadação tributária, além de permitir a renegociação de dívidas internas e externas. No âmbito dos auxílios emergenciais à população, o Governo Central liberou inicialmente recursos para famílias vulneráveis e empresas (manutenção de empregos) no montante de R\$ 147,3 bilhões, R\$ 83,4 bilhões e R\$ 59,4 bilhões, respectivamente.

Embora essas medidas tenham servido para atenuar o efeito-pandemia, os elevados gastos não catalisam mudanças estruturais no país e elevam o déficit público drasticamente, ao ponto de tornar-se impeditiva a realização de investimentos e diluir a margem de ação das políticas públicas nacionais. Além disso o consumo das famílias caiu vertiginosamente; o nível de endividamento subiu drasticamente auferindo em junho o patamar de 85,5% do PIB e caminhando para o cenário base de 96,1% ao término do exercício, segundo o relatório de acompanhamento fiscal da Instituição Fiscal Independente – IFI e a taxa de desocupação continuou crescente retomando ao patamar de 2017.

As reformas prometidas pelo Governo Central e que vem sendo executadas desde 2019, as quais o mercado privado anseia, para melhoria do panorama político-institucional e tributário do Brasil não vêm sendo realizadas com a mesma veemência das propostas iniciais, o que desgasta politicamente o atual Governo, cujo apoio vem sendo segurado pelas medidas mais populistas como as de auxílio emergencial.

² De 26 de junho de 2020.

³ No âmbito das ciências econômicas, a expressão *pass through* se refere ao impacto da oscilação da taxa de câmbio nos preços dos produtos exportados e

em especial: no nível de preços aos consumidores, investimentos, nível de preços dos importados e exportados e volume de comércio.



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

PAINEL 2. INDICADORES MACROECONÔMICOS NACIONAIS

IPCA acumulado mensal de Jul/2012 até Jul/2020. Base jun/2012=100



Fonte: Banco Central do Brasil

Percentual de Famílias endividadas x Índice de Consumo das famílias



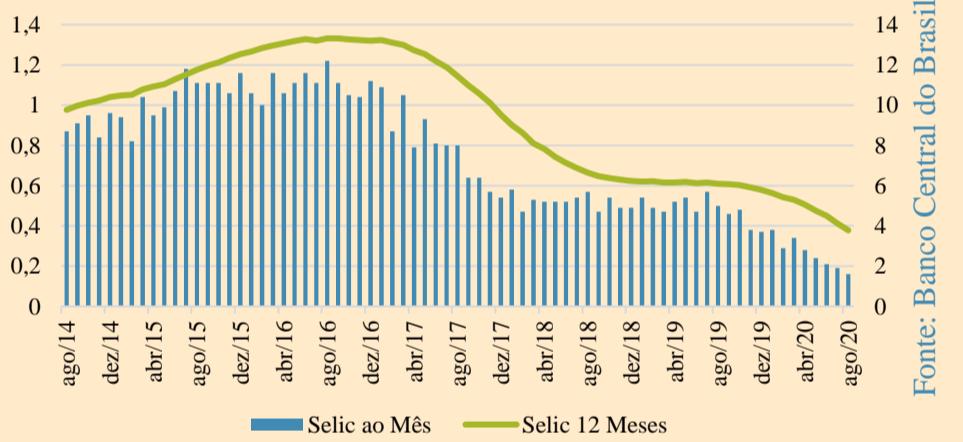
Fonte: CNC

Taxa de câmbio - Livre - Dólar americano (venda) - diário - u.m.c./US\$



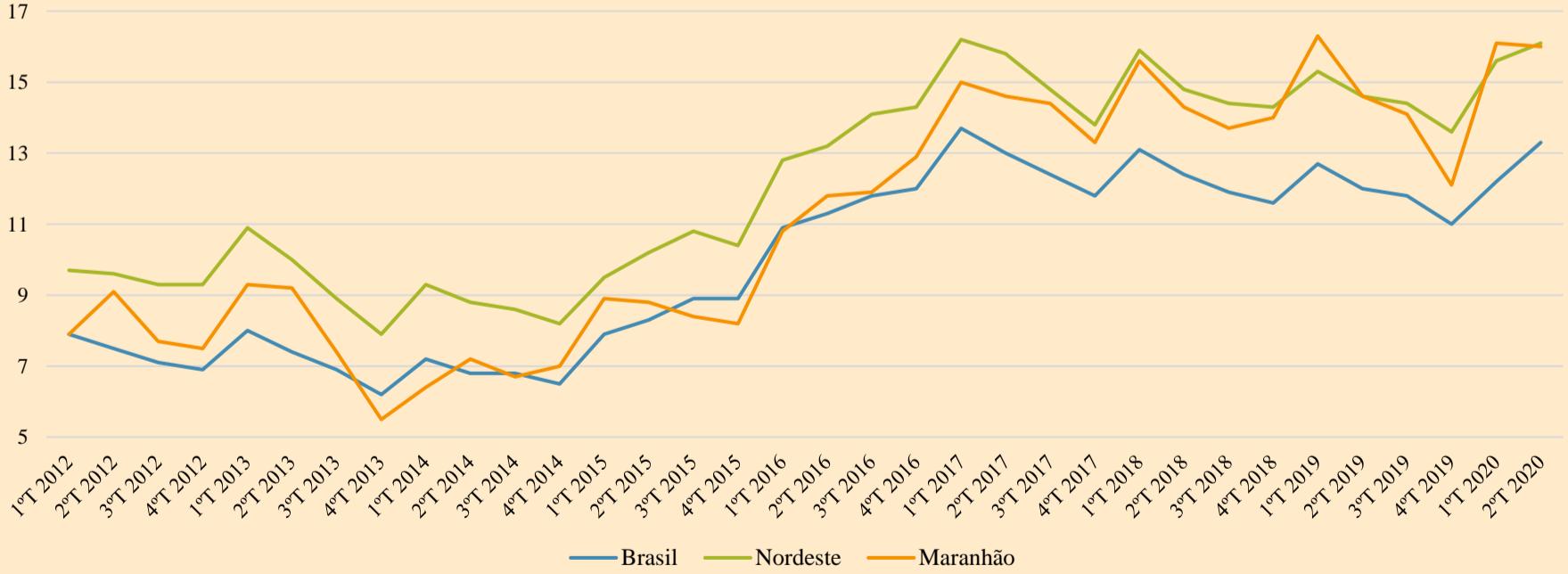
Fonte: Banco Central do Brasil

Taxa Selic Mensal e Acumulada 12 meses de Ago/2014 - Ago/2020



Fonte: Banco Central do Brasil

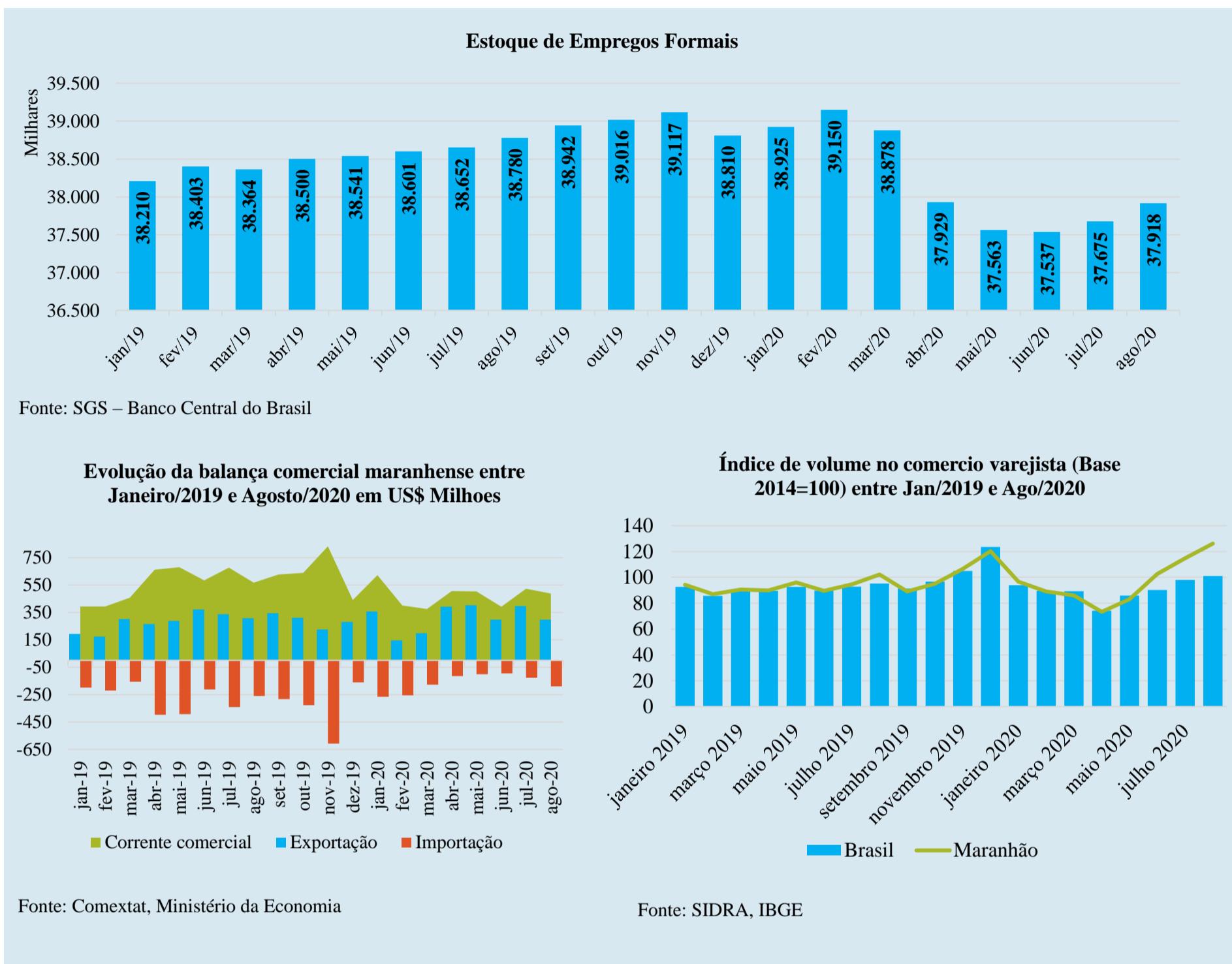
Taxa de Desocupação do Brasil, Nordeste e Maranhão de 1T2012 até 1T2020



Fonte: IBGE



c. Cenário Estadual



O quarto bimestre de 2020 foi marcado pela reabertura do comércio e pelo relaxamento do distanciamento social em todo o Brasil, motivado em parte por uma desaceleração nas taxas de contágio, em parte por pressões de empresários, políticos e da sociedade civil.

As flexibilizações das medidas restritivas consolidam uma recuperação do comércio varejista que, desde junho, apresentava queda e que no 4º bimestre aponta possível aquecimento da economia brasileira. No Maranhão, essa retomada é ainda mais forte, atingindo o volume de vendas de dezembro de 2019, que ordinariamente tende a ser um período de ampliação sazonal das vendas.

O Brasil, e de forma mais particular, o Maranhão, mantém altos níveis de desemprego, seguindo uma tendência anterior à pandemia, porém, tal retomada da atividade comercial, permite

uma recriação de parte dos empregos destruídos no auge do isolamento social, em especial nos períodos de *lockdown*.

No tangente ao comércio exterior, o setor de *commodities* que tem representação expressiva nas exportações estaduais, cresceu aproximadamente 15,7% no acumulado até agosto em relação ao mesmo período do ano anterior. Conforme o [boletim de conjuntura econômica maranhense](#) do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC o valor elevado do dólar alavanca o setor, favorecendo o crescimento da quantidade das mercadorias exportadas que somaram, cujo aumento foi de 11,8%.

No setor industrial, após quase 6 meses de declínio, e de fortes retrocessos no 2º bimestre, o índice de confiança do empresariado industrial voltou a subir em agosto ultrapassando a marca dos 50 pontos, com uma forte elevação no nível de criação de empregos formais, em especial na área da construção civil.



3. Cenário das Finanças Públicas

I) Resultado Primário do Governo Central

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS GOVERNO CENTRAL – em R\$ bilhões

Discriminação	Acumulado do Ano		4º bimestre		Variação %		Variação R\$	
	2019	2020	2019	2020	jan-ago 20/ jan-ago 19	4º bi 20/ 4º bi 19	jan-ago 20 - jan-ago 19	4º bi 20 - 4º bi 19
I. RECEITA TOTAL	1.018,85	890,95	253,37	232,52	-12,55	-8,23	-127,91	-20,85
I.1 - Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	637,78	554,47	156,59	135,62	-13,06	-13,39	-83,31	-20,97
I.2 - Incentivos Fiscais	-0,05	-0,14	-0,05	0,00	187,73	-100,00	-0,09	0,05
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	259,85	233,08	65,16	70,73	-10,30	8,55	-26,77	5,57
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	121,27	103,53	31,66	26,16	-14,63	-17,37	-17,74	-5,50
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	185,84	171,49	44,93	40,14	-7,72	-10,66	-14,35	-4,79
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	142,75	132,77	33,50	31,28	-6,99	-6,63	-9,97	-2,22
II.2 Fundos Constitucionais	6,46	6,04	1,56	1,62	-6,48	3,99	-0,42	0,06
II.3 Contribuição do Salário Educação	8,49	8,58	1,88	1,86	1,07	-1,16	0,09	-0,02
II.4 Exploração de Recursos Naturais	27,21	23,32	7,75	5,22	-14,31	-32,65	-3,89	-2,53
II.5 CIDE - Combustíveis	0,63	0,51	0,20	0,12	-18,25	-39,54	-0,11	-0,08
II.6 Demais	0,31	0,27	0,04	0,04	-13,00	-3,65	-0,04	0,00
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	833,01	719,46	208,44	192,38	-13,63	-7,71	-113,56	-16,06
IV. DESPESA TOTAL	885,08	1320,59	231,19	376,31	49,21	62,77	435,51	145,11
IV.1 Benefícios Previdenciários	391,59	458,59	101,90	100,80	17,11	-1,08	67,01	-1,10
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	203,56	208,88	54,24	56,29	2,61	3,78	5,31	2,05
IV.3 Outras Despesas Obrigatorias	137,40	508,03	31,84	183,95	269,74	477,79	370,63	152,12
IV.4 Do Poder Exec Sujeitas à Progr. Financeira	152,53	145,09	43,22	35,26	-4,88	-18,42	-7,44	-7,96
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-52,07	-601,27	-22,75	-183,93	1054,82	708,31	-549,20	-161,17
VII.1 AJUSTE METODOL. ITAIPU	3,61	0,93	0,85	0,00	-74,21	-100,00	-2,68	-0,85
VII.2 AJUSTE METODOL. CAIXA-COMPET	3,06	2,14	2,66	1,48	-30,01	-44,39	-0,92	-1,18
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2,86	-3,64	1,38	-2,16	-227,18	-256,65	-6,51	-3,54
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GC (VI + VII + VIII)	-42,54	-601,85	-17,86	-184,61	1314,96	933,61	-559,32	-166,75

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Em virtude do aumento do desemprego, fechamento de empresas, redução da renda e, como consequência, menor circulação monetária causados pela crise pandêmica, a receita do Governo Central tem registrado consecutivas quedas no comparativo do mês contra o mês imediatamente anterior desde o início do ano até o mês de maio. A partir de junho, no entanto, as receitas voltaram a registrar variação positiva, ainda que gradual, em virtude da retomada das atividades de todos os setores. Ainda assim, a recuperação do nível de atividade ao patamar anterior à pandemia ainda está longe de ser alcançado. Ao examinar o nível da Receita Líquida, por exemplo, verifica-se que no acumulado do ano até o 4º bimestre a arrecadação do ano corrente ainda é 13,63% menor que a do ano anterior.

O Imposto de Renda, a arrecadação de maior peso dentre as Receitas Administradas pela Receita Federal do Brasil – RFB, apresentou um decréscimo de 25% na relação entre os bimestres, dinâmica ocasionada pela diminuição dos rendimentos do trabalho. Somado a isso, há também a queda de mais de R\$ 5 bilhões na arrecadação de Imposto sobre Operações Financeiras – IOF em razão do Decreto nº 10.305/2020, que dispõe acerca da alíquota

zero para IOF sobre operações de crédito como medida contra os efeitos da crise financeira.

Em contrapartida, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e PIS/PASEP apresentaram aumento em comparação ao 4º bimestre de 2019, resultado que pode ser explicado pela alteração no calendário de recolhimento desses impostos, visto que os pagamentos correspondentes a março foram adiados de abril para agosto como medida referente a crise do novo coronavírus.

No tocante às transferências, o Governo Central repassou R\$ 2,2 bilhões a menos em FPE e FPM, isso é decorrente à queda no recolhimento de IPI e IR. Como forma de atenuar esse decréscimo nas contas estaduais e municipais, o Governo aprovou e disponibilizou o repasse de auxílios financeiros tanto para pessoas jurídicas, como entes subnacionais, o que gerou aumento nas despesas totais, especificamente no grupo Outras Despesas Obrigatorias. A variação correspondente a esse grupo na comparação entre bimestres decorre da rubrica Apoio Financeiro para Estados e Municípios (+R\$ 33,5 bilhões) somado aos Créditos Extraordinários (+ R\$ 122,2 bilhões) que equivalem aos repasses a Pessoas e Situações de Vulnerabilidade, Despesas Adicionais do



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Ministério da Saúde e Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

O acumulado do ano, de janeiro até agosto, revela queda na Receita Líquida de R\$ 113,3 bilhões em comparação com o mesmo período do ano anterior, o que ocasiona um impacto de cerca de R\$ 550 bilhões no Resultado Primário do Governo Central, juntamente com o acréscimo por fatores extraordinários nas Despesas.

O montante destinado a minimizar os efeitos da crise é da ordem de R\$ 510 bilhões. Deste total, o valor pago até agosto se aproxima de R\$ 278 bilhões, o que corresponde à 54% de tudo que foi autorizado. De toda a lista de ações orçamentárias, o auxílio emergencial a vulneráveis possui o maior peso no orçamento, cerca

de R\$ 167 bilhões, ou seja, mais da metade do total pago. Somado a isso, há também o [Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda](#), cujo público-alvo são os trabalhadores que sofreram redução de carga horária ou suspensão de contrato, a ação orçamentária totaliza, até o bimestre, R\$ 20 bilhões repassados.

No combate direto à COVID-19 existem duas categorias: o enfrentamento da emergência de saúde pública, e o auxílio financeiro aos demais entes relacionados ao Programa Federativo de Enfrentamento da COVID-19, que somam R\$ 23 bilhões e R\$30 bilhões, respectivamente, segundo o [Relatório de Acompanhamento Fiscal](#) de agosto/2020 da Instituição Fiscal Independente – IFI.

II) Finanças Públicas Maranhenses

a. Receitas

Comparativo das Receitas Estaduais do Maranhão do 4º bimestre de 2019 e 2020 e acumulados até o período - Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Receitas	Acum. do ano		4º Bimestre		Var. %		Var. Absoluta	
	2019	2020	2019	2020	jan-ago 20/ jan-ago 19	4º bi20/ 4º bi19	jan-ago 20/ jan-ago 19	4º bi20/ 4º bi19
Receitas Correntes	12.684,3	13.797,8	3.009,1	3.794,0	8,8	26,1	1.113,5	784,9
Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria	5.996,1	6.067,3	1.562,6	1.679,2	1,2	7,5	71,3	116,6
ICMS	4.915,7	5.066,2	1.321,1	1.414,7	3,1	7,1	150,5	93,7
IR	430,7	421,3	135,3	113,8	-2,2	-15,9	-9,4	-21,5
IPVA	383,5	364,8	44,0	83,9	-4,9	90,5	-18,7	39,9
Outros Impostos	31,3	0,0	6,4	0,0	-	-	-31,3	-6,4
ITCD	10,9	12,5	2,8	4,0	14,3	41,1	1,6	1,2
TAXAS	223,9	202,5	52,9	62,8	-9,5	18,6	-21,3	9,8
Outras Receitas Correntes	111,4	95,9	27,2	31,1	-13,9	14,4	-15,5	3,9
Receita de Serviços	3,4	0,3	3,2	0,1	-90,5	-96,9	-3,1	-3,1
Receita Patrimonial	47,5	44,2	9,9	4,7	-7,0	-52,3	-3,3	-5,2
Transferências Correntes	6.173,9	7.158,7	1.324,7	1.938,1	16,0	46,3	984,8	613,3
FPE	4.735,4	4.413,9	990,8	918,5	-6,8	-7,3	-321,6	-72,3
FUNDEB	1.019,6	964,6	216,4	210,3	-5,4	-2,8	-55,0	-6,1
SUS	254,0	494,8	64,3	165,6	94,8	157,4	240,8	101,3
Outras Transferências Correntes	165,0	1.285,5	53,1	643,6	679,3	1.111,0	1.120,5	590,4
Apóio Financeiro MP 938/2020	0,0	342,0	0,0	118,4	-	-	342,0	118,4
Auxílio Financeiro LC 173/2020 - incisos I e II	0,0	744,1	0,0	489,2	-	-	744,1	489,2
Demais Transferências Correntes	165,0	199,4	53,1	36,0	20,9	-32,2	34,4	-17,1
Receita de Contribuições	351,9	431,4	81,5	140,8	22,6	72,8	79,5	59,3
Receitas Correntes – INTRA	614,1	446,1	106,1	147,7	-27,4	39,3	-168,0	41,6
Receitas de Capital	187,7	255,9	78,3	158,1	36,3	101,8	68,2	79,7
Alienação de Bens	0,5	2,5	0,5	1,1	361,9	92,8	2,0	0,5
Operações de Crédito	147,9	167,1	77,3	120,9	13,0	56,4	19,2	43,6
Mercado Externo	0,0	7,3	0,0	0,0	-	-	7,3	0,0
Mercado Interno	147,9	159,8	77,3	120,9	8,1	56,4	12,0	43,6
Outras Receitas de Capital	31,7	85,9	0,0	36,1	170,8	-	54,2	36,1
Transferências de Capital	7,6	0,4	0,4	0,0	-94,4	-98,7	-7,2	-0,4
Receitas Intra Orçament. de Capital	103,5	0,0	0,0	0,0	-100,0	-	-103,5	0,0
Deduções	-3.018,7	-2.973,1	-716,1	-758,8	-1,5	6,0	45,6	-42,7
Total Geral	10.571,0	11.526,8	2.477,4	3.341,0	9,0	34,9	955,8	863,6

Fonte: SEPLAN/MA

O primeiro semestre de 2020, mais especificamente o segundo e terceiro bimestres, foi marcado por uma queda abrupta nas receitas de todos os entes federais e, notadamente, o Maranhão registrou queda significativa de arrecadação tributária. Por conta do isolamento social, a demanda por serviços e produtos diminuiu drasticamente, forçando empresas a reduzir o quadro de funcionários, consequentemente o desemprego aumentou em todo

o país. Com a queda da atividade econômica, a arrecadação de impostos foi afetada diretamente, sobretudo o ICMS, cuja incidência opera sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços.

Entretanto, o 4º bimestre demonstrou recuperação em relação aos três bimestres anteriores, além de registrar resultados melhores do que 2019, uma vez que a arrecadação de Impostos,



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

Taxas e Contribuições de Melhoria foi superior em R\$ 71,3 milhões no comparativo entre os valores acumulados do ano até agosto e R\$ 116,6 milhões na comparação entre os 4º bimestres.

Atrelada à gradual recuperação da atividade está a sequência dos repasses de auxílios pela União para mitigação dos

efeitos da pandemia. Dessa forma, estes dois fatores combinados, demonstração de gradual recuperação da atividade econômica e repasses financeiros do Governo Federal, asseguraram o registro de crescimento de 8,8% das receitas correntes no comparativo até agosto e de 26,1% entre os bimestres.

i. Receitas de Transferências

Com o objetivo de atenuar os efeitos da crise financeira, o Governo Central tem realizado repasses financeiros mensais para os entes federativos. Observa-se que estes repasses são os vetores do crescimento da rubrica Transferências Correntes, verificado tanto no acumulado do ano (+16,3%) como no comparativo entre os bimestres (+46,3%), visto que os valores de FPE e FUNDEB ainda não apresentam recuperação.

Em julho e agosto de 2020 houve o registro de R\$ 489,1 milhões decorrentes do auxílio da [LC nº 173/2020](#), dos quais R\$ 123,1 milhões são destinados para gastos específicos em ações de saúde e assistência social e R\$ 365,9 milhões destinados para livre aplicação, além da parcela de R\$ 113,8 milhões originária da compensação prevista pela [Medida Provisória nº 938/2020](#).

Dessa forma, as transferências de recursos extraordinários da União cumprem o objetivo de compensar a queda dos repasses

do FPE. Como reflexo da queda conjunta dos tributos que formam a base de composição do fundo (IR e IPI), no ano a retração do FPE ultrapassa o montante de R\$ 320 milhões, seguido de queda mais branda do FUNDEB (R\$ -55 milhões). Já o decréscimo do FUNDEB é puxado pelo menor volume de transferências à título da parcela principal do fundo, aquela formada por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, uma vez que o volume de complementação, que compreende a parcela de recursos federais para os entes que não atingem o valor mínimo por aluno definido nacionalmente, apresenta igual desempenho comparado ao mesmo período do ano anterior.

Ressaltamos que o novo modelo do FUNDEB, que prevê nova parcela de complementação da União, aprovado pela [Emenda Constitucional nº 108 de 26 de agosto de 2020](#), deverá começar a vigorar apenas em janeiro de 2021.

ii. Receitas Tributárias

A queda na arrecadação de Receitas Tributárias tem causa na crise pandêmica de maneira direta. O isolamento social provocou a diminuição na demanda de serviços e produtos, consequentemente, as empresas foram forçadas a reduzir o quadro de Pessoal, oferta de serviços e de mercadorias, que inclusive pode as levar a falência ou paralização. Dessa forma, impostos incidentes sobre a circulação de mercadoria e sobre a renda registraram queda abrupta entre o primeiro e segundo bimestre.

O período de pior desempenho da arrecadação própria estadual está concentrado entre os meses de março e junho, de forma que o resultado positivo no acumulado até agosto, ainda que reduzido, de 1,2%, é assegurado por dois fatores: Primeiramente, ao ótimo nível de arrecadação no primeiro bimestre do ano, quando as receitas com ICMS chegaram a R\$ 1,4 bilhão no somatório de janeiro e fevereiro, maior volume de arrecadação registrada em um primeiro bimestre do ano desde 2016. E, em segundo lugar, à significativa recuperação das receitas do tributo no 4º bimestre, que já se aproxima dos patamares alcançados no início do ano.

A arrecadação de ICMS depende diretamente da atividade econômica, é a mais elástica dentre as receitas. Ou seja, foi a fonte que sofreu o maior impacto da crise financeira causada pelo novo coronavírus, como já mencionado nos relatórios do [segundo](#) e

[terceiro](#) bimestres. Este decréscimo foi causado principalmente pelas medidas de isolamento social e, notadamente, o *lockdown* na capital do Estado que vigorou entre os dias 5 e 17 de maio. Essas medidas diminuíram, e até mesmo pararam, as atividades do setor terciário (comércio e serviços), o maior contribuinte para a fonte de ICMS.

Desse modo, o Governo do Estado implementou algumas medidas de postergação de prazos de pagamento e diminuição de alíquotas como forma de minimizar os efeitos da crise no comércio e na prestação de serviços, no qual destaca-se a [Medida Provisória nº 308/2020](#) que prorrogou a validade das certidões negativas de débitos por 90 dias; [Medida Provisória nº 309/2020](#) que zerou o ICMS sobre insumos considerados fundamentais para fazer a prevenção contra o coronavírus e [Medida Provisória nº 329/2020](#) que prorrogou o prazo para adesão ao Programa de Pagamento e Parcelamento de débitos do ICMS, além de outras medidas que envolvem o ICMS tais alteração de alíquotas e isenções de pagamento, conforme as Medidas provisórias [MP nº 310](#), [MP nº 311](#), [MP nº 321](#) e a [MP nº 327](#). Reitera-se também, que isso caminha na linha da decisão Federal da Resolução do Comitê Gestores do Simples Nacional – CGSN nº [154](#) que prorrogou o pagamento de ICMS e ISS para micro e pequenas empresas por 90



dias, isso significa que os tributos com vencimento até maio obtiveram a alteração no vencimento para os meses de julho e agosto.

O crescimento significativo da arrecadação com IPVA no 4º bimestre de 2020 contra mesmo período do ano anterior, de 90,5% (R\$ +39,9 milhões), pode ser explicado pelo efeito da medida que alterou o calendário de pagamento do tributo neste ano ao prorrogar os prazos de vencimento dos débitos de todas as placas registradas no Maranhão. Com a alteração destes prazos, em agosto começaram as fiscalizações, fator que influenciou positivamente a arrecadação no último mês.

Desta maneira, comprehende-se que tais medidas implicaram em certa mudança na programação financeira de arrecadação, sem impacto no resultado anual, já que não houve isenção de pagamento de tributos, mas prorrogações por períodos específicos para mitigar os efeitos no auge da crise. Tais fatores corroboram relativamente para o aumento da arrecadação deste bimestre, isto somado à retomada das atividades de todos os setores.

A tabela abaixo apresenta o comparativo da arrecadação de ICMS por setor econômico e grupo de atividade, a partir dos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, segundo o regime de competência da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ.

Como já mencionado, o setor terciário compreende ao segmento de maior peso sobre o PIB e, consequentemente, sobre a arrecadação total, de forma que a ampliação de 27,3% (R\$+231,96 milhões) do ICMS recolhido no 4º bimestre de 2020, contra mesmo período do ano anterior, mais do que compensou a retração de 34,18% (-R\$152,38 milhões) das receitas no setor secundário.

Os principais fatores que puxaram a gradual recuperação do comércio e da prestação de serviços no 4º bimestre foram a ampliação de receitas nos seguintes grupos de atividade:

- Comércio varejista (+R\$ 70,47 milhões): de acordo com a Nota Bimestral de Conjuntura Econômica sobre o Comércio Varejista do IMESC, nos meses de julho e agosto, contra mesmo período do ano anterior, as vendas no comércio maranhense ampliaram 21,4% e 23,5%, respectivamente, no varejo restrito e 19,8% e 20% no varejo ampliado, reflexo da liberação de diversos segmentos da atividade econômica, bem como do bom desempenho do mercado formal de trabalho. Dentre as atividades do seguimento, destacamos as maiores altas observadas nas Lojas de departamento ou magazines (+R\$ 14,6 milhões), Comércio varejista de produtos alimentícios – Supermercado (+R\$ 9,4 milhões) e Comércio varejista de eletrodomésticos (+R\$ 9,2 milhões).
- Comércio atacadista (+R\$83,43 milhões): seguindo os mesmos estímulos do seguimento varejista, as atividades de maior destaque foram Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante (+R\$ 18,1 milhões), Comércio por atacado de peças e acessórios para motocicletas e Comércio atacadista de produtos alimentícios (+R\$ 8 milhões).
- Serviços de transporte (+R\$106,76 milhões): o crescimento deve-se quase inteiramente à ampliação das receitas com a atividade Transporte Ferroviário de carga (+R\$ 105,8 milhões), seguido de longe da atividade de Transporte rodoviário de carga exceto produtos perigosos e mudanças (+R\$ 1,9 milhões).



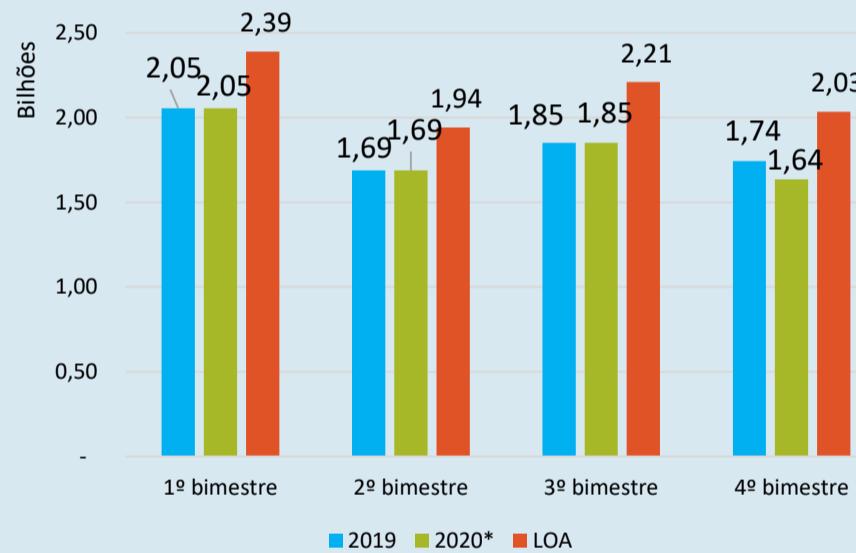
**Arrecadação de ICMS por Setor e Grupo de Atividade Econômica, valores nominais em R\$ Milhões –
Acumulado de jan. a ago. de 2019 e 2020 e 4º bimestre de 2019 e 2020**

Setor Econ. e Grupo de Atividade	Acumulado do Ano		4º Bimestre		Var. Absoluta		Var. %	
	2019 (a)	2020 (b)	2019 (c)	2020 (d)	(b)-(a)	(d)-(c)	(b)/(a)	(d)/(c)
PRIMÁRIO	32,56	35,14	8,63	10,03	2,57	1,40	7,90	16,19
Agricultura	10,03	8,87	2,84	2,78	-1,16	-0,05	-11,58	-1,85
Pecuária	20,66	24,35	5,36	6,80	3,69	1,44	17,84	26,83
Pesca e Aquicultura	0,46	0,30	0,10	0,09	-0,15	-0,00	-33,32	-3,18
Produção Florestal	1,41	1,61	0,34	0,35	0,20	0,01	14,30	4,32
SECUNDÁRIO	1.718,57	1.135,19	445,58	293,29	-583,38	-152,29	-33,95	-34,18
Combustível	956,28	324,13	233,13	42,37	-632,16	-190,76	-66,11	-81,83
Energia Elétrica	9,12	22,09	3,24	3,27	12,97	0,03	142,17	0,91
Indústria de Transformação	731,42	769,52	204,26	242,29	38,11	38,03	5,21	18,62
Indústria Extrativista	20,15	17,99	4,30	4,92	-2,16	0,62	-10,71	14,38
Indústrias – Outras	1,60	1,46	0,64	0,44	-0,14	-0,21	-8,45	-32,22
TERCIÁRIO	3.105,02	3.801,08	849,66	1.081,62	696,05	231,96	22,42	27,30
Combustível	647,14	1.029,89	199,36	179,56	382,75	-19,80	59,15	-9,93
Comércio Atacadista	740,00	880,78	208,66	292,09	140,78	83,43	19,02	39,98
Comércio Varejista	693,43	734,38	177,01	247,48	40,95	70,47	5,91	39,81
Energia Elétrica	576,86	534,52	151,28	132,93	-42,34	-18,35	-7,34	-12,13
Outros Serviços	59,34	70,01	16,82	19,70	10,67	2,89	17,99	17,16
Serviços de Comunicação	253,85	265,59	63,72	70,28	11,74	6,56	4,62	10,29
Serviços de Transporte	134,40	285,90	32,82	139,58	151,49	106,76	112,72	325,29
TOTAL	4.856,15	4.971,40	1.303,87	1.384,93	115,25	81,06	2,37	6,22

Fonte: SEFAZ/MA

iii. Painel Receitas Realizadas x Orçado em LOA 2020

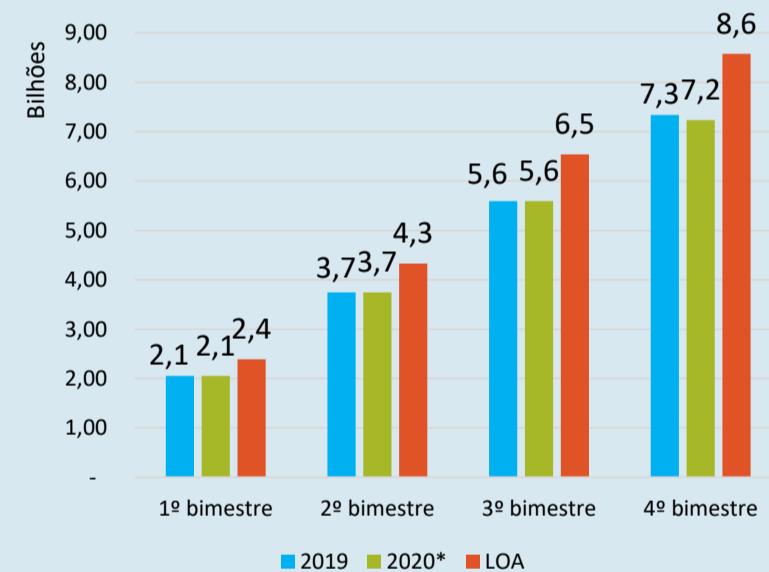
Comparativo entre Bimestres, 2019, 2020
realizado e orçado na LOA 2020



Fonte: SEPLAN-MA

No comparativo das receitas totais de 2020 com os resultados de 2019, até o 4º bimestre, verifica-se grande expansão nas frustrações de receitas, essencialmente, a partir do terceiro bimestre. Dessa forma, esse painel-seção realiza a comparação das receitas líquidas (retiradas as deduções e repasses aos municípios e sem as transferências de auxílio governamental) da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2020⁴ com os dos resultados de 2019 e 2020 para o mesmo período por bimestre e entre bimestres, o que também facilita visualizar as observações citadas na seção anterior, evidenciando, dessa maneira, que o 1º bimestre do ano obteve resultados superiores a 2019 e ao esperado na Lei Orçamentária.

Comparativo do Acumulado Até o bimestre de 2019, 2020* e LOA 2020



Fonte: SEPLAN-MA

Quando comparado com a LOA 2020, os resultados a partir do 2º bimestre já apresentam piora, sobretudo, devido aos repasses de FPE. Do terceiro bimestre em diante, as frustrações se intensificam também na arrecadação de ICMS e IR. Esse fenômeno deriva das perdas econômicas durante o *lockdown* e dos consequentes impactos “multiplicadores” na atividade econômica.

No quarto bimestre em questão, as principais perdas foram no FPE que somaram R\$ 285,2 milhões, seguido das frustrações no FUNDEB (- R\$ 23 milhões) e do IR (-16,7 milhões). As maiores perdas de ICMS se concentraram em maio e junho que foram os períodos de menor consumo e atividade econômica no Estado (*momentum* das paralizações). A partir de agosto as receitas

⁴ Para essa estimativa bimestral poder ser realizada com a LOA 2020, utilizou-se as principais receitas que somam em média a.a. de 2008 até 2020, 95% do

total das receitas. São elas: ICMS, IR, ITCD, CIDE, IPVA, FPE, FUNDEB, SUS e Taxas. Valores realizados ajustados. Receitas deduzidas (apenas MA)



GOVERNO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO E CONTABILIDADE

tributárias começaram a registrar recuperação pontual, que se acredita que continue melhorando até o final de 2020.

Reitera-se que mesmo em alguns momentos de melhores resultados em relação ao orçado na LOA 2020, a realidade não retrata as reestimativas de expectativas do ano corrente. O orçamento computa apenas projeções até junho de 2019, assim, as

novas estimativas no decorrer de junho até início de 2020 ficam de fora dos cálculos. Vislumbrando as perdas atuais, inclusive as de oportunidade, para o Estado do Maranhão e estimando o crescimento das receitas de ICMS em um cenário normal, acredita-se que as perdas de 2020 cheguem à pelo menos R\$ 700 milhões.

Excesso/frustração por bimestre e acumulado 2020 realizado x Orçado na LOA 2020

Principais receitas	1º bimestre	2º bimestre	3º bimestre	4º bimestre	Total Acumulado
ICMS	129.108.430,21	24.830.620,70	-	120.957.048,33	4.688.761,66
IR	26.141.222,94	-	10.155.685,74	7.219.776,27	16.710.730,97
ITCD	1.400.076,54	-	243.487,00	285.243,78	973.164,22
IPVA	5.651.327,90	-	12.490.953,47	2.090.046,08	13.156.609,63
CIDE	1.519.314,77	-	1.135.554,26	56.404,57	2.591.396,07
Taxas	17.876.965,42	-	2.055.697,90	4.861.542,07	31.571.617,05
FPE	288.294.379,25	-	306.861.160,21	505.921.390,06	285.198.206,12
FUNDEB	10.431.026,84	-	2.407.343,25	5.644.724,39	23.005.203,99
SUS	5.340.385,01	-	72.004.526,74	52.075.683,56	95.296.585,84
Total	-	146.146.705,05	-	233.700.047,88	-
			566.047.275,59	-	181.818.798,76
				-	1.127.712.827,27

Fonte: SEPLAN/MA

b. Despesas

Comparativo das Despesas Estaduais do Maranhão do 4º bimestre de 2019 e 2020 e acumulados até o período - Valores em milhões, variação em (%)

Descrição das Despesas	Acum. do ano		4º Bimestre		Var. %		Var. Absoluta	
	2019	2020	2019	2020	jan-ago 20/ jan-ago 19	4º bi20/ 4º bi19	jan-ago 20/ jan-ago 20	4º bi20/ 4º bi19
Despesas Correntes	9.470,0	9.367,7	2.295,5	2.421,2	-1,1	5,5	-102,3	125,7
Juros e Encargos da Dívida	294,6	122,3	97,5	13,1	-58,5	-86,6	-172,4	-84,4
Pessoal e Encargos Sociais	6.143,4	5.597,6	1.470,4	1.239,9	-8,9	-15,7	-545,7	-230,5
Outras Despesas Correntes	3.032,0	3.647,8	727,6	1.168,2	20,3	60,5	615,8	440,6
Despesa de Capital	1.284,5	990,7	263,9	308,6	-22,9	16,9	-293,8	44,7
Amortização da Dívida	499,2	253,9	65,2	6,6	-49,1	-89,8	-245,3	-58,6
Inversões Financeiras	103,5	74,1	-	63,4	-28,4	-	-29,4	63,4
Investimentos	681,8	662,7	198,7	238,6	-2,8	20,1	-19,1	39,9
Total Geral	10.754,4	10.358,4	2.559,4	2.729,8	-3,7	6,7	-396,1	170,4

Fonte: SEPLAN/MA.

Antes da chegada da pandemia do novo coronavírus no Brasil, a maioria dos Estados enfrentava dificuldades para cumprir com todos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF como, por exemplo, o limite estabelecido de gastos com Pessoal e da Dívida em relação à RCL. No entanto, a crise pandêmica também trouxe consequências financeiras e, diante disso, o Estado, em todas as esferas, comprometeu-se com a responsabilidade desafiadora de fomentar a retomada da economia, além de se preocupar com o fator principal: a calamidade de saúde pública.

Nesse sentido, pode-se observar que o 4º bimestre de 2020 registrou aumento nas Despesas Totais em relação ao mesmo período do ano passado. Os grupos responsáveis por esse aumento foram as Outras Despesas Correntes (61%) e os Investimentos (20%), em valores nominais o aumento foi de cerca de R\$ 480 milhões, considerando o montante dos dois grupos. Somado a isso, observa-se o aumento da despesa com serviços médicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais em cerca de 246% em relação ao mesmo período do ano passado, o que, em valores reais, se aproxima de R\$ 457 milhões de nominais a mais.

Em contrapartida, os outros grupos de despesa revelaram queda brusca, principalmente a despesa com Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida, em que o montante foi de R\$ 142,9 milhões a menos do que o registrado no 4º bimestre de 2019. Essa diminuição deve-se a Lei Complementar nº 173/2020 sancionada no final de maio, a qual institui, para o exercício financeiro de 2020, a possibilidade de suspensão dos pagamentos das dívidas contratadas entre a União e os Estados, ou mesmo entre a União e os Municípios, além de prever o auxílio financeiro como forma de enfrentamento a crise pandêmica e econômica.

O art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020 dita acerca de outra questão importante: a proibição do aumento da Despesa com Pessoal até o final de 2021, salvo algumas ressalvas como, por exemplo, a reposição de cargos em vacância. Nesse sentido, pode-se observar queda no gasto com este grupo em relação ao ano anterior, tanto na comparação entre bimestres (-15,7%), como no acumulado do ano (-8,9%), observando, que até o período as despesas ainda não estão 100% regularizadas e estão sujeitas a modificações.



TÓPICOS EXTRAS

1. Capacidade de Pagamento (CAPAG) do Estado

Neste bimestre, foi divulgado o resultado do Indicador de Capacidade de Pagamento dos Estados e Municípios (CAPAG) referente ao ano anterior, 2019, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional. A CAPAG apura a situação fiscal dos entes subnacionais que requeiram contratar novos empréstimos com o aval da União. O Indicador classifica os entes em 4 categorias: notas A, B, C e D nesse sentido, as notas A e B demonstram risco de crédito baixo e médio, respectivamente, e tornam o ente elegível para contrair novos financiamentos com garantia da União, o que, no limite, assegura taxas de juros mais baixas. Entretanto, aqueles que registrarem nota C ou D ficam inelegíveis para isso pois sinalizam elevado risco de crédito.

De acordo com a metodologia da CAPAG, dada pela [Portaria nº 501/2017](#), o resultado da nota final é composto por três indicadores: Endividamento, Poupança Corrente e Índice de Liquidez. Primeiramente, o indicador de Endividamento calcula a Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida (RCL). Já o Indicador de Poupança Corrente é calculado através da relação entre Despesa Corrente e Receita Corrente Ajustada. Neste último, é considerada na metodologia de apuração os três exercícios anteriores através de uma média ponderada, sendo o peso de 50% para o exercício imediatamente anterior, 30% e 20% para os antecedentes. Desse modo, para alcançar um bom resultado nessa variável, o ente deve manter suas Despesas Correntes em um nível estável ou, preferencialmente, decrescente por três anos consecutivos ou expandir suas receitas.

Nota CAPAG de todas as UFs em 2019



Fonte: STN.

■ A ■ B ■ C ■ D ■ Suspensa/Não disponível

Por fim, o último é o Índice de Liquidez, o qual calcula a capacidade dos entes em honrar suas obrigações financeiras no curto prazo, sendo seu parâmetro de classificação o item mais decisivo na definição da nota final. Sua metodologia utiliza a razão entre as Obrigações Financeiras e a Disponibilidade de Caixa Bruta, e o parâmetro de classificação se limita a dois extremos: nota

A ou C. A grande problemática, apontada pelo [Instituição Fiscal Independente](#) e em reuniões do [Grupo de Gestores das Finanças Estaduais – GEFIN](#), é que não existe graduação entre as notas e isso impossibilita uma avaliação da situação fiscal de forma mais precisa. Além disso, ao registrar nota C nesse indicador, o ente automaticamente fica impossibilitado de obter nota A ou B na média final, ou seja, sua classificação será C ou D.

Até 2016, o Maranhão registrava nota B na média entre os três indicadores, com nota máxima no indicador de endividamento e na liquidez, e com B no indicador de Poupança Corrente. No entanto, em 2017, o Estado foi um dos únicos a apresentar queda no resultado geral, juntamente com o Rio Grande do Norte, passando de B para C. O fator que ocasionou foi a diminuição da nota em Poupança Corrente, o que significa que as Despesas Correntes cresceram em relação às Receitas acima do limite estabelecido.

A situação em 2018 foi agravada por conta da nota no Índice de Liquidez que passou de A para C, uma vez que não existe uma classificação “meio termo” nesse indicador. Essa alteração indica que o Maranhão precisa regular sua Disponibilidade de Caixa de maneira a sustentar as Obrigações Financeiras de curto prazo. Somado a isso, a Poupança Corrente permaneceu da mesma maneira que o ano anterior, e somente o indicador de Endividamento continuou registrando nota máxima, sinalizando que apenas 56,4% das Receitas estavam comprometidas com o pagamento de Dívidas no ano de 2018.

Resultados da CAPAG - Estado do Maranhão, 2016 a 2019

Ano	Dívida	Nota 1	Poupança	Nota 2	Liquidez	Nota 3	Nota Final
2016	56,5%	A	91,9%	B	36,8%	A	B
2017	56,1%	A	95,4%	C	76,4%	A	C
2018	56,4%	A	98,0%	C	167,2%	C	C
2019	58,0%	A	97,0%	C	329,4%	C	C

Fonte: STN.

O resultado de 2019 foi publicado neste bimestre e apresentou as mesmas notas de 2018 nos três indicadores. No entanto, o nível de endividamento cresceu 1,5 p.p, o que significa que deve ser dada maior atenção para as Dívidas do Estado, sobretudo aquelas atinentes às empresas estatais e aquelas dolarizadas. Além disso, o Índice de Liquidez ainda permanece em um nível preocupante, mais de 300% da Disponibilidade de Caixa está comprometida com Obrigações Financeiras, dessa forma, a regulação desse indicador deve ser a maior preocupação do Estado. Em contrapartida, a Poupança Corrente apresentou uma pequena melhora no índice, ou seja, está em direção à nota B.

